

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e
Sociedade (CPDA)



**Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas com a
agricultura**

**Área Temática: Notícias Gerais
Período de Análise: novembro de 2010.**

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico
Jornal Folha de São Paulo
Jornal O Globo
Jornal Estado de São Paulo
Site eletrônico do MDS
Site eletrônico do MDA
Site Eletrônico do MMA
Site eletrônico do INCRA
Site eletrônico da CONAB
Site eletrônico do MAPA
Site eletrônico da Agência Carta Maior
Site Eletrônico da Fetraf
Site Eletrônico da MST
Site Eletrônico da Contag
Site Eletrônico Biodiesel Br
Site Eletrônico da CNA
Site Eletrônico da CPT
Revista Globo Rural
Revista Isto é Dinheiro Rural
Agroanalysis
Carta Capital
Biodiesel Br

Índice

Sumário

Bolsa Família volta a ter peso decisivo – Érica Fraga – Folha de São Paulo – Poder – 02/11/2010	4
Confirmado, sem data, reajuste do Bolsa-Família – LEONENCIO NOSSA e TÂNIA MONTEIRO - Estado de São Paulo – Nacional – 04/11/2010	5
Apesar de melhora, educação é entrave – Mariana Mandeli - Estado de São Paulo – Vida – 05/11/2010	7
Aos 20 anos, índice se torna maduro – José Roberto de Toledo - Estado de São Paulo – Vida – 05/11/2010	7
Brasil sobe no IDH, mas educação patina - Martha Beck, Flávia Barbosa, Cássia Almeida e Clarice Spitz – O Globo – Economia – 05/11/2010	9
Desigualdade faz o Brasil perder 15 posições – Martha Beck, Rennan Setti e Cássia Almeida - O Globo – Economia – 05/11/2010.....	10
Preço de matérias-primas dispara e exportador tem renda extra deR\$40 bi – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – Capa – 07/11/2010.....	12
Proteção social precisa chegar a todos que dela precisam – Sítio Eletrônico do MDS - 09/11/2010.....	13
Erradicar pobreza custaria mais R\$ 21 bi – Fernando Canzian – Folha de São Paulo – Poder – 14/11/2010.....	14
Acabar com a miséria é exequível, com um empurrão das mulheres – Lena Lavinias – Folha de São Paulo – Poder – 14/11/2010.....	15
Até ministério acha R\$ 140 pouco para "definir" pobre – Folha de São Paulo – Poder – 14/11/2010.....	16
Bolsa Família será pago pelo celular – Julio Wiziack e Toni Sciarretta – Folha de São Paulo – Mercado – 15/11/2010.....	18
Equipe de Dilma prepara reajuste do Bolsa-Família acima da inflação – Marta Salomon – Estado de São Paulo – Nacional – 16/11/2010	19
XIV REAF: políticas para a agricultura familiar ajudam a superar pobreza – Sítio eletrônico do MDA - 17/11/2010	20
Seminário trata de serviços financeiros para população de baixa renda – Sítio eletrônico do MDS – 17/11/2010	21
Presidenteda CNA defendereformulação do modelo de políticaagrícola – Sítioeletrônicoda CNA – 23/11/2010	23
Resultados do Bolsa Família são mostrados em encontro da OIT – Sítio Eletrônico do MDS – 23/11/2010	23
Ciência, tecnologia e inclusão social – Aluizio Belisário – Carta Capital – 24/11/2010	24

Desemprego para 6,1%, o menor em 8 anos – Fabiana Ribeiro – O Globo – Economia – 26/11/2010.....	27
Cai pela metade número de extremamente pobres com insegurança alimentar grave – Sítio Eletrônico do MDS – 26/11/2010	28
Norte e Centro-Oeste: regiões que mais cresceram - Carolina Benevides, Cássia Almeida, Dandara Tinoco e Juliana Castro – O Globo – O País – 30/11/2010	30
Bolsa Família: começa oficina sobre acompanhamento dos beneficiários – Sítio eletrônico do MDS - 30/11/2010	31
Bolsa Família garante direitos e gera oportunidades – Sítio Eletrônico do MDS - 26/11/2010.....	32

Os fatores que influenciam o voto de um eleitor são inúmeros e difíceis de mensurar. Pistas fornecidas pela análise estatística indicam, no entanto, que o Bolsa Família continua tendo peso preponderante na decisão do eleitorado brasileiro. A **Folha** correlacionou o voto em Dilma Rousseff e José Serra com três variáveis: percentual da população atendida pelo Bolsa Família, índice de desenvolvimento humano (IDH) e renda per capita. A análise foi feita para os 5.565 municípios do país. Os resultados mostram que quanto maior o alcance do Bolsa Família -principal programa de transferência de renda do governo- em uma cidade, maior o percentual de votos conquistados pela presidente eleita. O oposto valeu para o candidato derrotado. A correlação entre duas variáveis pode variar entre -100% e +100%. Valores positivos altos indicam que as variáveis analisadas se movem em maior intensidade na mesma direção. Exatamente o caso da combinação de Bolsa Família, que beneficia hoje 12,4 milhões de famílias, e a votação na petista. A correlação entre os dois fatores foi próxima a 70%, nível considerado significativo. Outra análise numérica mais simples confirma a força do Bolsa Família como "cabo eleitoral" petista. Entre os 794 municípios brasileiros onde o programa de transferência de renda atinge mais de 50% da população, Dilma só perdeu para Serra em 12. Ao contrário de Dilma, o desempenho do tucano caminhou em direção oposta ao peso do Bolsa Família.

IDH

E

VOTAÇÃO

A existência de correlação não é prova definitiva de causalidade entre os fatores analisados. Mas fornece indicações que, no caso de uma eleição, podem ajudar a entender o que influencia o comportamento do eleitor e a preferência por um candidato de acordo com o perfil socioeconômico de quem vota. Houve, por exemplo, correlação relativamente forte entre o nível de desenvolvimento humano de um município e a votação. O Índice de Desenvolvimento Municipal da Firjan (Federação das Indústrias do Rio de Janeiro), cuja última edição é de 2007, agrega indicadores de saúde, educação, renda e emprego.

A correlação entre o voto de Dilma e esse indicador é de -60%. Ou seja, quanto mais desenvolvido o município, menor foi a votação na petista. O oposto novamente se aplica à votação de Serra. Se usada apenas a renda per capita municipal (último dado disponível também de 2007), não existe uma correlação forte com o resultado da eleição. Ainda assim, a relação entre as duas variáveis confirma a tendência de melhor desempenho da petista em municípios onde o poder aquisitivo é mais baixo.

Confirmado, sem data, reajuste do Bolsa-Família – LEONENCIO NOSSA e TÂNIA MONTEIRO - Estado de São Paulo – Nacional – 04/11/2010

A presidente eleita Dilma Rousseff confirmou ontem, em entrevista no Palácio do Planalto, o reajuste no benefício do Bolsa-Família. Na ocasião, disse, porém, quando ocorrer e qual será o aumento concedido. “Não sei dizer qual será o reajuste, mas que terá reajuste, eu asseguro que terá.”

Ela também confirmou que pretende aumentar o número de beneficiados e atender 100% das famílias necessitadas. Dilma afirmou que é preciso discutir com Estados e prefeituras formas de garantir o acesso a bolsas de famílias que atendem aos requisitos do programa. “Houve muitas dificuldades dos Estados, principalmente, e das prefeituras, que fazem os cadastros”, disse. “Vou buscar 100% de cobertura e um nível maior de benefício.”

Hoje, 12,7 milhões de famílias recebem a bolsa do governo. Na proposta orçamentária enviada ao Congresso, o governo estimou que gastará em 2011 R\$ 13,4 bilhões em benefícios, R\$ 300 milhões a mais que a estimativa de despesa neste ano. Estudos do governo indicam que há caixa para reajustar e ampliar o número de beneficiados. /

IDH do Brasil avança, mas desigualdade é entrave – Estado de São Paulo - Capa – 05/11/2010

O Brasil foi o país que mais avançou no ranking do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) das Nações Unidas. Ocupa a 73.^a colocação, entre 169 países – desempenho suficiente para que ele integre o grupo de nações consideradas de desenvolvimento humano elevado. No entanto, quando são levadas em conta as desigualdades regionais – como a concentração de riqueza em uma parcela pequena da população, ou a falta de acesso universal a educação, saúde de qualidade ou saneamento básico –, o país perde 15 posições. Este segundo ranking, o IDH-D, foi elaborado pela primeira vez neste ano. VIDA/PÁGS.A28aA30

Brasil é o país que mais avança em índice de desenvolvimento - Lígia Formenti – Estado de São Paulo – Vida – 05/11/2010

O Brasil foi o país que mais avançou no ranking do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) preparado pelo Programa das Nações Unidas. Foram quatro posições a mais em comparação ao ano passado.

Com isso, o Brasil passa a ocupar a 73.^a colocação, de um total de 169 países – desempenho suficiente para que ele integre o grupo de nações consideradas de desenvolvimento humano elevado.

No entanto, quando são levadas em conta as desigualdades regionais – como a concentração de riqueza em uma parcela pequena da população, ou a falta de acesso universal à saúde de qualidade ou saneamento básico –, o Brasil perde 15 posições. Este segundo ranking, batizado de IDH-D, que leva em conta as disparidades nacionais,

foi elaborado pela primeira vez neste ano, e por isso não é possível fazer comparações com anos anteriores.

O índice tradicional, criado há 20 anos, leva em conta dados dos países em saúde, educação e rendimento.

Por esse quesito, o desempenho do Brasil é significativo, sobretudo diante do cenário de estagnação mundial revelado pelo estudo. Dos 169 países analisados, 116 mantiveram a posição de 2009 e 27 tiveram desempenho pior. Além do Brasil, outros 25 melhoraram a classificação.

Feito pelo Programa das Nações Unidas para Desenvolvimento (Pnud), o índice tem uma escala de 0 a 1. Quanto mais próxima de um, melhor a situação do país. O Brasil alcançou índice 0,699. Noruega, a primeira colocada, 0,938. O pior indicador foi do Zimbábue: 0,140.

Série histórica. Para poder fazer um acompanhamento histórico do desempenho dos países, integrantes do programa calcularam o IDH do Brasil na última década, todos pela mesma metodologia.

São esses números que podem ser confrontados. E, por esse aspecto, o Brasil cresceu bastante”, explica Flávio Comim, economista do Pnud.

Osaltodo Brasil sedeve o desempenho apresentado nas taxas de expectativa de vida, renda e escolaridade média de pessoas com mais de 25 anos. De 1980 a 2010, a esperança de vida do brasileiro passou de 62,5 anos para 72,9. A média de anos estudados de pessoas com mais de 25 anos passou, no período, de 2,6 para 7,2 anos. O rendimento nacional bruto passou US\$ 7,929 em PPP para US\$ 10.607 em PPP. Para entender melhor, o IDH não usa a conversão real do dólar, mas o quanto se pode comprar com ele, chamado de paridade do poder de compra (PPP, em inglês).

“O País cresceu de forma harmônica, em várias áreas. Não foi algo pontual”, afirma Comim. Para ele, isso é que contribuiu para o desempenho nacional apresentado este ano. Entrave. O que ainda amarra a colocação nacional é a qualidade da educação, avaliada pelo novo índice “anos de estudo esperados” – uma espécie de expectativa de vida educacional. Ao longo dos últimos cinco anos, o número de anos escolares esperado caiu de 14,5 para 13,8.

Apesar da evolução durante o ano, o Brasil continua a exibir um IDH menor do que a média da América Latina e Caribe, que é de 0,704. A comparação com alguns países vizinhos também é desfavorável.

A estimativa é de que um brasileiro viva menos 5,9 anos, tenha média de escolaridade 2,5 anos menor e consuma 28% menos do que uma pessoa nascida no Chile, o 45º no ranking. Argentina, Uruguai, Panamá, México, Costa Rica, Peru também apresentam melhor classificação: 46º, 52º, 54º, 56º, 62º e 63º, respectivamente.

Em nota, o Ministério da Saúde afirmou que dados usados pelo PNUD estão desatualizados.

De acordo com a pasta, a defasagem é constatada tanto nos números de expectativa de vida, quanto na mortalidade materna.

Crescimento. Ao longo da década, o Brasil teve um crescimento médio anual de 0,73% no IDH. Um ritmo considerado muito bom. Mas entre grupo de países de alto desenvolvimento humano há exemplos de velocidade maior. Casaquistão, por exemplo, cresceu 1,51% e Azerbaijão, 1,77%. A Romênia, em 2005, dividia com Brasil a mesma colocação. Agora, ela está 22 à frente.

Apesar de melhora, educação é entrave – Mariana Mandeli - Estado de São Paulo –
Vida – 05/11/2010

Apesar dos avanços mostrados pelo IDH, a educação brasileira ainda apresenta problemas estruturais graves, que, segundo especialistas, não devem ser resolvidos a curto prazo. Embora o País tenha praticamente universalizado a oferta de ensino fundamental, itens como a educação infantil, a evasão do ensino médio e a qualidade da aprendizagem persistem como alguns dos maiores gargalos do sistema.

Neste ano, em que o IDH mudou sua metodologia – agora são considerados a média de anos de escolaridade de pessoas com 25 anos ou mais e os anos de estudo esperados –, a educação continua sendo apontada como o maior entrave para o avanço do Brasil no ranking.

“A educação é um fator limitador do desenvolvimento”, afirma Daniel Cara, coordenador geral da Campanha Nacional pelo Direito à Educação. “É claro que o País melhorou, mas esses avanços ainda são insuficientes para as nossas necessidades.”

Para Mozart Neves Ramos, do movimento Todos Pela Educação, a obrigatoriedade do ensino dos 4 aos 17 anos, recém-aprovada pelo governo federal, vai ajudar o País a avançar mais.

Desaprovação. O Ministério da Educação emitiu uma nota afirmando que o novo IDH não é comparável aos anteriores. A pasta diz que os novos índices devem “ser mais bem esclarecidos para que se possam cumprir os objetivos de simplicidade, transparência e popularidade.”

O ministério também afirma que o relatório “não capta o esforço de políticas desenvolvidas nos últimos anos com repercussão significativa na melhoria dos indicadores sociais e educacionais”.

/MARIANAMANDELLI

Aos 20 anos, índice se torna maduro – José Roberto de Toledo - Estado de São Paulo –
Vida – 05/11/2010

Ao fazer 20 anos, o Índice de Desenvolvimento Humano amadureceu e sofisticou-se, mas perdeu simplicidade e universalidade – duas marcas do seu sucesso.

Nas últimas décadas, o IDH mudou o paradigma do que seja desenvolvimento e deu início a uma onda de índices que medem de tudo um pouco.

Antes do IDH, era o Produto Interno Bruto (PIB) per capita e só. Até 1990, toda a medição de desenvolvimento dos países era feita apenas pelo crescimento do seu PIB, dividido pela população.

Era uma medida exclusivamente econômica, que tinha no aumento da renda um fim em si mesmo.

O que o paquistanês Mahbubul Haq e o indiano Amartya Sen conseguiram à época foi um feito que hoje parece trivial: sintetizarem um só número uma medida de desenvolvimento que tinha o ser humano no centro e abrangia as dimensões econômica, de longevidade e educação.

A “mágica” foi juntar indicadores com escalas tão diferentes quanto anos de vida, dólares e porcentagens em uma régua comum, que varia de 0 a 1. As três dimensões representadas são as mais básicas: viver o bastante, ter acesso ao conhecimento e um padrão de vida digno.

O IDH fez tanto sucesso que rendeu um Prêmio Nobel de Economia a Sen. Sua engenhosidade foi copiada, adaptada, recriada.

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), lançado pelo governo brasileiro em 2007, é um dos muitos filhos do IDH.

Em seu 20.º aniversário, os criadores do IDH substituíram três dos seus quatro indicadores, mudaram sua fórmula de cálculo e, de quebra, lançaram três novos índices, complementares.

Em contrapartida, em vez de 184, seu ranking agora só compreende 169 nações.

Na dimensão Educação, saem o analfabetismo e a taxa de matrícula.

Em seu lugar, entram a média de anos de estudo da população adulta e os anos esperados que um aluno deve passar na escola.

Foi uma boa troca, embora este último indicador seja de difícil compreensão.

A média de anos de estudo é uma medida de estoque mais completa que o analfabetismo.

Na verdade, ele o inclui. É o indicador em que o Brasil vai pior: 102.º lugar no ranking, com 7,2 anos, em média. Aí estão incluídos desde jovens de 25 anos com nível superior até idosos analfabetos.

É um indicador que custa a mudar.

Os anos esperados que o aluno deve passar na escola é uma medida de fluxo, que pretende aferir como a população jovem de um país está evoluindo no acesso ao conhecimento. Nesse indicador, o Brasil vai melhor: fica na 54.ª posição, com 13,8 anos (quanto mais, melhor).

Se fosse mostrado em números em pessoas, seria como uma família cujos pais passaram muito pouco tempo na escola, mas conseguiram colocar todos os filhos na faculdade.

Em Longevidade, permanece a esperança de vida ao nascer, medida na qual o Brasil evoluiu a passos de gigante: 72,9 anos e 76.ª colocação.

Em Renda, saiu o PIB per capita e entrou a Renda Nacional Bruta per capita, que inclui transferências de não residentes. O Brasil tem US\$ 10,607 mil em paridade de poder de compra (PPP, na sigla em inglês) e aparece em 70.º lugar.

No novo IDH-D, que inclui as desigualdades internas dos países, o Brasil perde 15 posições no ranking e 27,2% do valor do seu IDH. O que mais contribui para isso é a desigualdade de renda.

No IDG (Índice de Desigualdade de Gênero), o Brasil fica em 80.º lugar entre 138 países. Perde 63% do seu potencial de desenvolvimento humano, principalmente por causa da baixa representatividade política das mulheres e da alta incidência de gravidez entre adolescentes.

No índice de pobreza multidimensional, o Brasil fica em 39.º lugar, entre 104 países. Para ser um “multipobre”, alguém tem de ter privações em 30% dasoma dos valores dos dez indicadores que compõem o índice. Nada menos que 8,5% dos brasileiros se enquadraram nessa categoria. É um percentual maior que o medido pela linha de pobreza do Banco Mundial, de US\$ 1,25 em PPP por dia, segundo o qual 5,2% dos brasileiros seriam pobres.

O mérito do IDH é mostrar a evolução de um povo em várias dimensões, não apenas na econômica.

Embora os brasileiros estejam contentes com seus atuais níveis de consumo, os índices de seus complementos mostram que ainda falta muito para o pleno desenvolvimento do País.

BRASÍLIA e RIO

O Brasil subiu quatro posições no ranking global de bem-estar das populações em 2010, para o 73º lugar entre 169 países, segundo o mais novo Relatório de Desenvolvimento Humano (RDH), que completa 20 anos e foi lançado ontem em Nova York. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) brasileiro, calculado sob a nova metodologia do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), passou de 0,693 para 0,699. A escala varia de zero, o pior, a 1, o melhor. A edição comemorativa de duas décadas faz uma avaliação do desenvolvimento nos últimos 40 anos e conclui: a educação é uma barreira ao progresso do Brasil e é a mais grave privação imposta à nossa sociedade.

A escalada brasileira de quatro posições foi o melhor desempenho no ranking no ano passado, segundo o Pnud. Os dados do IDH refletem o país de 2009 para a maioria dos indicadores. O Brasil melhorou em todas as dimensões do desenvolvimento: saúde, educação e renda. Apesar dos elogios aos avanços inegáveis do país em 40 anos, especialmente na última década, o Pnud ressalta que a permanência de desigualdades históricas — como as de renda e entre homens e mulheres — continua sendo um forte limitador do desenvolvimento.

Quando o IDH brasileiro é ajustado para refletir a diferença entre os mais privilegiados e os mais privados de acesso a renda, saúde e educação, ele baixa para 0,509 e o Brasil cai 15 posições no ranking global, deixando o grupo de alto desenvolvimento no qual está desde 2007 para o de médio.

Com mudança, país mais longe do topo

Além disso, o Pnud aprimorou sua metodologia, e isso expôs os enormes desafios que o Brasil tem pela frente na educação. Pelo cálculo antigo, nosso IDH era de 0,813. Na nova fórmula, esse número caiu para 0,699 — houve redução para muitos países, porque os critérios que medem o desenvolvimento se tornaram mais exigentes. Como o objetivo continua sendo chegar a 1, ou seja, ao topo, na prática o Brasil terá que suar mais a camisa para alcançar a Noruega, primeira colocada da lista e cujo índice é 0,938.

— A grande característica do Brasil nos últimos anos, sobretudo desde 2000, é o avanço nas três dimensões. Na educação, chama atenção o aumento dos anos médios de estudo. Mas ainda restam desafios na melhoria da qualidade do ensino. Nos anos esperados de estudo para as crianças, há muito a ser feito — afirmou o economista do Pnud e coordenador do Relatório de Desenvolvimento Humano no Brasil, Flávio Comim.

Para o aniversário de 20 anos, o Pnud alterou a fórmula de cálculo do IDH e os critérios de avaliação de renda e educação.

No primeiro caso, o Brasil não foi afetado. Mas a substituição de taxas de analfabetismo e matrícula pela escolaridade — média de anos de estudo de quem tem mais de 25 anos e expectativa para as crianças matriculadas hoje — impôs um grande desafio. Ficou evidente que quantidade de pessoas que leem e escrevem e de crianças matriculadas não se traduz necessariamente em qualidade. Foi a troca de parâmetros que acabou reduzindo o valor do IDH brasileiro.

— Surgiu um novo IDH que elevou parâmetros, especialmente para educação. Isso provocou uma revisão generalizada no ranking global — explicou Comim. — Taxa

de matrícula, por exemplo, é um indicador muito pobre que diz apenas se um indivíduo está ou não registrado numa escola.

A média de escolaridade para pessoas com mais de 25 anos no Brasil é de 7,2 anos. Pelo critério do Pnud, o indicador ideal seria o que foi registrado nos Estados Unidos em 2000, 13,2 anos. Outra dificuldade está na expectativa de anos de estudo para crianças que ingressam nas salas de aula. No Brasil, são 13,8 anos, e o considerado ideal para o desenvolvimento humano seriam os 20,6 anos registrados na Austrália em 2002.

— Estamos falando agora de olhar para as estatísticas com mais rigor. O Brasil ainda tem muito o que avançar — afirmou o Comim.

Gasto com ensino é pouco, diz analista

Para Marcelo Medeiros, professor da UnB, o importante é avaliar se “o país está chegando onde deveria, diante do tamanho da nossa economia”:

— O gasto com educação ainda é pouco se comparado com o gasto com a estabilidade macroeconômica.

Para a professora da UFRJ Lena Lavinias, o avanço de quatro posições do Brasil no ranking do IDH não reflete os avanços sociais vividos pelo país nos últimos anos, como “a forte redução da pobreza e da miséria”:

— Essa posição não reflete a expansão do emprego, do ensino técnico e a inclusão no terceiro ciclo educacional. Sem contar o aumento nos gastos com saúde.

O indicador de anos de estudo, que substituiu a taxa de matrícula e de analfabetismo na dimensão educacional, caminha muito devagar, segundo a professora: a cada dez anos, acrescenta um ano à média do país.

Para o Pnud, tão importante para o desenvolvimento quanto gastos elevados e crescimento econômico são medidas com foco, continuadas e abrangentes, que dependem de decisão política. A experiência do Ceará com ações voltadas à infância é citada como exemplo, bem como os programas de transferência de renda.

Desigualdade faz o Brasil perder 15 posições – Martha Beck, Rennan Setti e Cássia Almeida - O Globo – Economia – 05/11/2010

BRASÍLIA e RIO. Quanto a desigualdade rouba do desenvolvimento humano? Foi tentando responder a essa pergunta que o Pnud apresentou este ano um ranking do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) ajustado às diferenças entre os mais privilegiados e os menos favorecidos no acesso à renda, saúde e educação. O cálculo é inovador, porque considera outras dimensões da desigualdade para além da renda. Na média, o IDH do mundo é reduzido em 24% quando feito esse ajuste. No Brasil, a perda com a desigualdade é maior — 27,2% — e derruba o IDH do país de 0,699 para 0,509. Por essa escala, o país perderia nada menos do que 15 posições no ranking geral, passando da 73^a para a 88^a colocação, sendo classificado como nação de desenvolvimento humano médio.

No Brasil, essa queda se deveu principalmente à desigualdade na distribuição de renda. Apenas esse indicador isolado reduz em 37,4% o índice do país pelas contas do Pnud. Na educação, a baixa foi de 26% e na saúde, de 16%.

Pnud destaca avanços do Brasil em reduzir diferenças. Segundo o coordenador do relatório no Brasil, Flávio Comim, no entanto, o país fez avanços nesse campo na

última década. A perda do IDH brasileiro com desigualdade teria sido de 31% em 2000, enquanto em 2005 seria de 28,5%. “Houve quedas de desigualdade em todas as dimensões, caindo três pontos percentuais na saúde e dois pontos percentuais na educação e na renda”, destaca o relatório.

A melhoria na qualidade de vida foi uma realidade nos últimos anos para Elda Ribeiro, de 28 anos. Em 2006, ela largou a faculdade de Ciência da Computação para se aventurar na abertura de uma loja de material de construção. Entrou com dinheiro e disposição, mas entendia pouco do negócio. Com uma sócia que conhecia o ramo, a loja deu certo. Há quatro meses, a dupla resolveu abrir um salão de beleza. Juntos, os dois negócios empregam cinco pessoas. Com os lucros do empreendedorismo, Elda está reformando o apartamento, no Maracanã, comprou um carro e fará sua primeira

viagem à Europa no próximo ano.

— Tudo melhorou. Estou comprando computador e celular, voltei a estudar e entrei há um ano num plano de saúde.

Dizem que passamos por um crise, mas não sentimos.

A empresária concluiu este ano um curso técnico de segurança do trabalho e iniciará no ano que vem uma faculdade de administração. O objetivo é abrir mais uma loja de material de construção em breve.

Índia e China cresceram, mas pioraram disparidades

Segundo o economista e professor da UnB, Marcelo Medeiros, o Brasil foi um dos poucos países que conseguiu reduzir a desigualdade nos últimos anos. Países da mesma dimensão que o Brasil, como Índia e China, tiveram excepcional desempenho econômico nos últimos anos, porém acompanhado do aumento da desigualdade:

— Vivemos essa situação na década de 70.

Na avaliação do coordenador-geral do Relatório de Desenvolvimento Humano 2010 do Pnud, Francisco Rodríguez, o IDH ajustado é o que dá o quadro mais realista sobre os avanços dos países em direção à qualidade de vida da população.

Na média dos 139 países apresentados com ajustes no relatório da ONU, o IDH de 0,68 cairia para 0,52, passando da categoria de alto para médio desenvolvimento.

No total, 80% das nações perdem mais de 10% de seus esforços em função da desigualdade. Segundo Rodríguez, as

quedas mais significativas são nos países que já apresentam níveis mais baixos de qualidade de vida da população

Para ajustar o IDH, o Pnud recalculou todas as variáveis que compõem o índice: saúde, educação e renda. Essa avaliação

mostrou que os indicadores de ensino foram os que mais prejudicaram as contas dos países em geral. Enquanto o

índice de esperança de vida (que mede a qualidade da saúde) teve uma queda de 22% e o de renda baixou quase 23%,

o relativo à educação sofreu redução de 28,2%.

Na América Latina, perda chega a 25%

Na América Latina de forma geral, a desigualdade reduz o desenvolvimento dos países em um quarto. Haiti, Bolívia, Guatemala, Peru e Panamá são os que sofrem as maiores perdas devido ao conjunto das disparidades. E, quando se observa apenas o rendimento, nove dos 15 países do mundo com maiores perdas no IDH ajustado estão na região.

O documento também chega a uma conclusão importante: a redução da desigualdade pode ocorrer mais rapidamente por meio de investimentos em saúde e educação do que em aumento de renda. “À medida que o acesso à saúde e à educação é

alargado para incluir os mais pobres, o desenvolvimento humano melhora e as desigualdades nivelam-se”, afirma.

Preço de matérias-primas dispara e exportador tem renda extra de R\$40 bi – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – Capa – 07/11/2010

Os preços das matérias-primas exportadas pelo Brasil dispararam no mercado internacional e já garantiram uma renda extra de R\$ 40 bilhões aos exportadores neste ano até setembro.

Essa cifra trouxe otimismo para as regiões produtoras de algodão, café, laranja e cana, com aumento nas vendas de tratores e imóveis. Também ampliou as perspectivas de receita para o ano que vem das safras de soja e milho, que estão em fase de plantio.

A alta das commodities agrícolas e metálicas reflete a forte demanda mundial, especialmente da China, e também movimentos especulativos. Na semana passada, o Fed, o banco central americano, anunciou que vai despejar US\$ 600 bilhões no mercado para reanimar a economia dos Estados Unidos.

A decisão empurrou o dólar para níveis ainda mais baixos.

A fraqueza do dólar perante outras moedas deve acelerar a procura por commodities como alternativa de investimento e impulsionar mais os preços das matérias-primas produzidas pelo Brasil nos próximos meses, prevêem analistas.

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva comemorou, na sexta-feira, o desempenho das exportações de matérias-primas: “Está chegando a hora em que as commodities estão ficando mais valiosas do que os tais produtos manufaturados”. Ele lembrou que, anos atrás, o que se dizia era que o País não poderia continuar a ser exportador de itens básicos e precisava vender mais bens industrializados.

De janeiro a setembro deste ano, as exportações de um grupo de 27 matérias-primas agrícolas e não agrícolas renderam ao País US\$ 84,8 bilhões. São US\$ 24 bilhões (R\$ 40,3 bilhões) a mais em relação ao mesmo período de 2009. A receita adicional em dólares é quase o dobro do saldo total da balança comercial acumulado até setembro (US\$ 12,7 bilhões) e bem maior que o superávit de US\$ 14,6 bilhões registrado no ano até outubro.

Efeito retardado. “A explosão dos preços das commodities a partir do segundo semestre vai aparecer na receita de muitos produtos agrícolas no ano que vem, como o algodão, que atingiu a maior cotação em 140 anos”, observa o vice-presidente executivo da Associação de Comércio Exterior do Brasil (AEB), José Augusto de Castro.

Na região de Barreiras, oeste da Bahia, onde se planta soja, milho e algodão, o reflexo do aumento de preços desses produtos já foi sentido pelos cotonicultores, conta o presidente da Associação Comercial de Barreiras e sócio da revendedora Jaraguá Bahia, Jair Francisco.

Ele explica que a colheita do algodão na região ocorre mais tarde do que a de grãos. Quando o preço da fibra atingiu níveis recordes no mercado internacional, apenas parte dos agricultores ainda tinha o produto para vender. A sua empresa, por exemplo, registrou crescimento de 10% nas vendas de tratores neste ano e a expectativa é de um acréscimo de 15% em 2011.

“A colheita do algodão terminou em setembro”, diz Jeonásio Carvalho, sócio da Terra Imóveis, que atua na região de Barreiras.

Desde julho, a sua empresa apresenta crescimento de 30% no número de negócios fechados com imóveis urbanos. São moradias na faixa de R\$ 250 mil, adquiridas por pessoas ligadas indiretamente ao agronegócio.

Em Mato Grosso, onde o plantio de soja está atrasado por causa da seca, a escalada de preços em dólar atenuou o impacto da valorização do real na expectativa de receitas das regiões produtoras.

“Os agricultores estão mais animados. Três meses atrás, a situação estava horrível”, diz o presidente da Associação dos Produtores de Soja e Milho de Mato Grosso, Glauber Silveira.

Na sexta-feira, a soja foi cotada a US\$12,84 por bushel na Bolsa de Chicago, a cotação mais alta desde agosto de 2008. O preço elevado e a boa perspectiva do mercado levaram os produtores a acelerar as vendas da próxima safra. “Vinte e nove por cento da safra nacional 2010/2011 já foram vendidos”, diz Flávio Roberto de França Júnior, diretor da consultoria Safras & Mercado.

No mesmo período de 2009, esse índice estava em 16% e a média de cinco anos para esta época é de 20%.

Café e laranja. Na região de Patrocínio, em Minas Gerais, onde é produzido café para exportação, o entusiasmo domina os produtores.

Ricardo Bartholo, dono da Fazenda Cinco Estrelas e vice-presidente da Cooperativa dos Cafeicultores do Cerrado, diz que investiu a receita da safra na produção. “Comprei mais um trator e estou replantando parte do cafezal.” Ele e 16 cafeicultores exportaram 150 mil sacas para Ásia e Europa este ano.

Na semana passada, a saca de café foi cotada a US\$ 276 na Bolsa de Nova York, o maior preço em 13 anos. “Os preços subiram desde o início da safra e o produtor está se beneficiando”, diz Guilherme Braga, diretor do Conselho dos Exportadores de Café do Brasil. Ele ressalta que a situação só não está melhor por causa do câmbio valorizado.

Também o preço da caixa de laranja aumentou duas vezes e meia nesta safra, acompanhando a alta do suco no mercado externo.

Mas os produtores dizem que só 20% dos contratos da indústria foram reajustados.

Proteção social precisa chegar a todos que dela precisam – Sítio Eletrônico do MDS - 09/11/2010

Brasília, 9 – A universalização dos benefícios do sistema de proteção social foi considerada condição fundamental para combater as desigualdades sociais. A questão foi colocada na tarde desta terça-feira (9) no Seminário Internacional do BPC, em Brasília, durante a apresentação do tema “Experiências com Proteção Social Não Contributiva na América Latina”.

Para o professor Lauro Mattei, do departamento de Economia da Universidade Federal de Santa Catarina, a América Latina possui um sistema não contributivo heterogêneo onde cada País opera com diferentes estruturas. “Com essas características, não se consegue a universalização dos benefícios”, assegurou. Para Mattei, é preciso pensar um modelo de inclusão social para além do trabalho.

“Há uma contradição no sistema de proteção social na América Latina. Trata-se de uma teia complexa pela diversidade de interesses de Estado e sociedade civil. O professor

acredita que os programas precisam ser avaliados qualitativamente.

Pablo Yanes, diretor geral do Conselho de Avaliação de Desenvolvimento Social do Distrito Federal do México, destacou também a universalização dos benefícios como uma forma de “asfixiar o clientelismo”. Ele ressaltou ainda que a experiência mexicana com a pensão para idosos trouxe dignidade e sentimento de autonomia a essa população. “A pensão não contributiva para nós converteu-se em instrumento de mudança social”, salientou Pablo.

A política social contribuiu para o crescimento da economia no Brasil. Essa é a opinião do diretor de Estudos e Políticas Sociais do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), Jorge Abrahão. “Nosso esforço é provar e dizer que os recursos destinados à política social não são dinheiro jogado fora”, concluiu.

Ainda na tarde desta terça (9), o ex-ministro do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Patrus Ananias, participa da mesa “Expressões da Política Não Contributiva no Sistema de Proteção Social Brasileiro”. Ele falará sobre “O lugar e o papel do Programa Bolsa Família e do Benefício de Prestação Continuada no Sistema de Proteção Social Brasileiro.

O Seminário Internacional do BPC é uma iniciativa do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e prossegue até o final da tarde desta quarta-feira (10).

Acesse o boletim: [Proteção social para todos](#)

Erradicar pobreza custaria mais R\$ 21 bi – Fernando Canzian – Folha de São Paulo – Poder – 14/11/2010

A maior promessa de campanha da presidente eleita Dilma Rousseff (PT), de acabar com a miséria no Brasil em seu governo, é muito ambiciosa, mas factível, avaliam especialistas da área. Isso depende de duas premissas: o mercado de trabalho continuar se expandindo na velocidade dos últimos anos (algo considerado muito difícil); e o novo governo ampliar o gasto com o Bolsa Família (onerando ainda mais o Orçamento). O programa consome R\$ 13,4 bilhões ao ano e atende 12,7 milhões de famílias. Isso equivale a 0,4% do PIB, o que é considerado pouco. Mas a chave para Dilma cumprir sua promessa está no mercado de trabalho. Quanto menos dinâmico, mais o governo teria de colocar dinheiro focalizado nos pobres para atingir a meta. Se o Brasil quisesse eliminar hoje seus pobres e indigentes, teria de localizar essas pessoas e gastar com elas mais R\$ 21,3 bilhões ao ano -em cima dos R\$ 13,4 bilhões do Bolsa Família, segundo cálculos do Centro de Políticas Sociais da FGV. Para financiar isso, o custo médio rateado entre os brasileiros seria de R\$ 9,33 ao mês. São considerados pobres no Brasil (tendo por base os critérios do Bolsa Família) indivíduos ou famílias que têm renda per capita menor do que R\$ 140 ao mês (R\$ 4,60 ao dia). Para os indigentes, o corte é de R\$ 70 (R\$ 2,30).

Na hipótese de uma família de quatro pessoas com renda mensal de R\$ 400 (R\$ 100 por pessoa), o governo federal teria de destinar R\$ 160 (R\$ 40 por cabeça) a ela para que todos ultrapassassem a linha de pobreza. Acréscimos como esse, a todos os pobres, custariam os R\$ 21,3 bilhões ao ano, segundo números do economista Marcelo Neri, da FGV. Hoje, cerca de 30 milhões de pessoas (15,5% da população) vivem com menos de R\$ 140 ao mês. Há dez anos, eram 57 milhões (33,3%).

MERCADO

A queda quase à metade ocorreu, principalmente, pela substancial melhora do mercado de trabalho. Mais de 70% da elevação da renda média vem do trabalho (R\$ 0,70 para cada R\$ 1 de aumento). Dos gastos da Previdência, são 24%. Do Bolsa Família, 5,3%. No governo Lula foram criados quase 14 milhões de empregos formais. Já o salário mínimo subiu 53% acima da inflação (R\$ 510 hoje). O aumento do mínimo tem impacto direto limitado na erradicação da pobreza. Mas contribui para elevar consumo, produção e emprego. Para Clemente Ganz Lúcio, do Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos), é até possível manter o ritmo de aumento do mínimo se a economia crescer cerca de 5% ao ano no governo Dilma. O problema é o emprego, principal motor para a redução da pobreza. "Entre 2007 e 2008, para cada 1 ponto percentual de aumento do PIB a ocupação também aumentava 1 ponto. Daqui para frente, essa correlação tende a ser de 1 para 0,5 ou 0,7", diz Lúcio. "Por conta do aumento da produtividade, teremos menos empregos gerados para cada ponto de crescimento do PIB." Se isso ocorrer, a promessa de Dilma dependerá mais de recursos públicos a serem alocados no Bolsa Família. O problema adicional é que até o Ministério do Desenvolvimento Social considera baixo o corte de R\$ 140 para definir pobreza. Em novembro, como comparação, a cesta básica variou de R\$ 172 (Aracaju) a R\$ 254 (São Paulo), segundo o Dieese.

Acabar com a miséria é exequível, com um empurrão das mulheres – Lena Lavinas
– Folha de São Paulo – Poder – 14/11/2010

A presidente eleita Dilma Rousseff acena com a erradicação da miséria. É auspicioso que o Brasil da segunda década do século 21 vislumbre eliminar por completo níveis de destituição extrema, que colocam em xeque a humanidade de alguns milhões de brasileiros.

A retomada do crescimento de forma sustentada, a geração de quase 14 milhões de empregos formais e os ganhos reais do salário mínimo ainda não foram suficientes para, juntamente com os programas de transferência de renda, fazer da miséria traço do nosso passado. São indigentes 12,4 milhões. Esses mesmos fatores, ao associar numa mesma dinâmica virtuosa política macroeconômica e política social, hão de nos permitir avançar em direção a essa meta, porque agora lastreados por investimentos em infraestrutura social. Na sua plataforma de governo, Dilma destacou a criação de 6.000 creches, previstas no

orçamento do PAC 2011. É pouco, considerando o deficit da oferta: 82% das crianças até três anos estão fora da creche, percentual que sobe para 93% entre as pobres. Na faixa de quatro a cinco anos, o deficit de cobertura é menor, mas ainda significativo, 25% e 33%, respectivamente. Ora, se homens e mulheres se beneficiaram com a retomada do crescimento econômico, as oportunidades para as mulheres pobres foram mais tímidas. Sua taxa de atividade é de 51%, ante uma média nacional de 67%. Já a taxa de atividade masculina é de 88% na média, recuando ligeiramente para 82,1% no caso de homens adultos pobres. Significa dizer: de cada 10 homens na faixa etária adulta e produtiva, sejam eles pobres ou não, cerca de 8 são ativos. No caso das mulheres, observa-se um diferencial importante: na média, 2 em cada 3 brasileiras se declaram ativas, ante 1 em cada 2 mulheres pobres. Enquanto as mulheres ocupadas que pertencem aos 20% mais pobres da cauda da distribuição trabalham em média 28 horas por semana, entre os 20% mais ricos a jornada remunerada feminina semanal é de 40 horas. Os homens de todas as faixas de renda trabalham em média 40 horas ou mais, e dificilmente poderiam ir além. O que mais pode contribuir para fazer recuar a pobreza extrema é permitir às mulheres trabalhar. Mais e melhor. Ter uma ocupação que lhes permita usufruir de jornadas de tempo integral, com maiores salários, quem sabe até com carteira assinada, é o que vai elevar consideravelmente a renda familiar e afastar da miséria alguns milhões de famílias. Para elevar a taxa de atividade das mulheres pobres, elas precisam dispor de creches para suas crianças. Quem tem dinheiro pode pagar por esse serviço. Quem não tem, é pego na trama do imobilismo da miséria. Inúmeros estudos e pesquisas já demonstraram que as mulheres cujos filhos em tenra idade frequentam creche registram níveis de renda familiar bem mais altos. Investimentos sociais em infraestrutura que liberem a força de trabalho feminina são a melhor maneira de combinar políticas de equidade de gênero com redução da miséria. As mulheres não querem ser depositárias do ideário liberal de que são as mais capazes de gerir "eficazmente" a escassez. Não são milagreas para fazer render um benefício médio de R\$ 90,00 mensais. Uma mulher na Presidência com o potencial produtivo de tantas outras mulheres pode tornar exequível, senão erradicar por completo a miséria, ao menos torná-la residual. Para a alegria da nação brasileira.

LENA LAVINAS é professora associada do Instituto de Economia da UFRJ

Até ministério acha R\$ 140 pouco para "definir" pobre – Folha de São Paulo – Poder – 14/11/2010

Tentar se tornar invisível a pedintes ou assaltantes em São Paulo custa R\$ 140. Esse é o preço médio da colocação das populares películas escuras nos vidros de um carro.

R\$ 140 é um valor considerado "muito baixo" até mesmo pelo Ministério do

Desenvolvimento Social (responsável pelo Bolsa Família) para se definir quem é pobre e pode receber o benefício. Lúcia Modesto, secretária nacional de Renda de Cidadania, diz que o ideal seriam os R\$ 510 do salário mínimo. Apesar de R\$ 140 ser considerado muito pouco, só nos Estados do Norte e Nordeste 100% dos elegíveis ao Bolsa Família estão atendidos. Nas demais regiões, há 15% deles ainda fora do programa. Modesto diz que há "o compromisso, a meta", de se erradicar a pobreza e que o ministério vem se preparando para isso há dois anos. Com a divulgação do Censo 2010 no início do ano que vem, o ministério pretende ter um diagnóstico mais preciso de quantos são e onde estão os pobres. "Não é só com transferência de renda que vamos erradicar a miséria, mas com um conjunto de políticas", diz. Para o economista Marcelo Neri, chefe do Centro de Políticas Sociais da FGV, o novo governo deveria incrementar fortemente o Bolsa Família com mais dinheiro para perseguir a meta de erradicar a pobreza. "Pode parecer utópico, mas o caminho para isso é o Bolsa Família", afirma. Neri calcula que os R\$ 21,3 bilhões anuais a mais que hoje seriam necessários para atingir a meta poderiam cair à metade até 2014. Isso porque boa parte da redução da pobreza viria do aumento da atividade econômica, do emprego e da renda. Ricardo Paes de Barros, do Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), ligado ao Ministério do Planejamento, lembra que o Brasil já vem reduzindo a pobreza à metade a cada cinco ou seis anos. Mesmo considerando uma possível desaceleração nesse ritmo, Barros se diz otimista. "Se sairmos de 15% de pobres na população total para 10% em quatro anos já é algo sensacional. Mas a meta de cair de 15% para zero neste período parece impossível. Nunca ninguém fez isso."

"CIRCULO

VIRTUOSO"

A economista Lena Lavinas, professora associada do Instituto de Economia da UFRJ, também defende "elevar a altura da barra" para a definição do que é ser pobre. Em sua opinião, deveria entrar nessa categoria quem vive com menos de 60% da renda média familiar per capita (R\$ 465). Isso equivaleria a R\$ 279 (o dobro do critério usado no Bolsa Família). Lavinas acha que o Bolsa Família deveria ser um direito e que seus recursos (oriundos de impostos e contribuições indiretas vinculadas ao consumo) aumentassem na mesma proporção da evolução do mercado consumidor. "Isso criaria um círculo virtuoso de menos pobres, mais consumo, maior arrecadação e mais dinheiro para erradicar a pobreza", diz. Segundo o instituto Data Popular, o consumo das classes E e D no Brasil cresce rapidamente e já supera o total da classe B em áreas como alimentação, higiene, limpeza, vestuário e acessórios, móveis e eletrodomésticos. **(FERNANDO CANZIAN)**

Bolsa Família será pago pelo celular – Julio Wiziack e Toni Sciarretta – Folha de São Paulo – Mercado – 15/11/2010

Os beneficiários do programa Bolsa Família vão receber seu benefício pelo celular. A novidade está sendo avaliada por um grupo de trabalho criado pela Caixa Econômica Federal.

O serviço deverá ser implantado no início de 2011. Para isso, o telefone será equipado com um novo chip, que transformará o telefone em um cartão de pagamento. A **Folha** apurou que o "Bolsa Celular" será o primeiro passo da Caixa rumo à prestação de serviços de telefonia, um mercado aberto recentemente pela Anatel (Agência Nacional de Telecomunicações). As novas regras da agência permitem que qualquer empresa se associe às operadoras móveis do mercado usando a infraestrutura delas para prestar serviços de telefonia diretamente a seus clientes. Por isso, as interessadas foram batizadas de "teles virtuais". A Anatel permitirá que os bancos escolham dois caminhos. No primeiro, as instituições comprarão no atacado milhões de minutos das teles e depois venderão (ou repassarão como prêmio) aos clientes. Na segunda opção, alugam a rede da operadora e prestam o serviço.

PROJETOS PARA 2011

No início deste mês, a **Folha** revelou que BB, Bradesco, Itaú e Santander já estão com projetos em andamento para 2011. Com isso, deve ocorrer a massificação do uso do celular como cartões de débito e crédito, uma mudança nas formas de pagamento eletrônico no país. Esse sistema funcionará como a recarga de um celular pré-pago. Para carregar o celular de dinheiro bastará fazer transferências da conta corrente via internet, agência, caixa eletrônico ou pela central de atendimento. A Caixa já começou a fechar sua estratégia de atuação e teria decidido iniciá-la atendendo as 12,3 milhões de famílias do Bolsa Família. Futuramente, haverá outros serviços via celular a todos os correntistas do banco. Com o serviço, não mudaria a gestão do Bolsa Família, dividida entre municípios, Estados e União. A diferença seria a transferência de valores pela Caixa para o celular do beneficiário. Ainda não se sabe quanto a instituição terá de investir nesse serviço. Isso porque ele exigirá a oferta de celulares e minutos gratuitos. Mas, segundo apurou a **Folha**, esse custo será muito menor do que levar agências ou caixas eletrônicos às localidades descobertas.

BANCO MÓVEL

Atualmente, boa parte dos beneficiários do programa vive em localidades onde não existe agência da CEF, tampouco caixas eletrônicos que aceitem o cartão Bolsa Família para saques. Na telefonia, há cobertura de celular em quase todos os municípios. Onde falta, ela chegará até o final deste ano. Com a possibilidade de virar uma "tele virtual", a CEF e outros bancos chegarão -via celular- em locais onde não há agências. Os novos chips que equiparão celulares, máquinas de débito e caixas eletrônicos "conversarão" entre si e já começaram a ser trocados pelas empresas responsáveis pelas máquinas de cartões.

Bastará aproximar o celular desses terminais e efetuar pagamentos ou saques. O caixa de um banco concorrente também poderia liberar o dinheiro (cobrando uma taxa por isso), como fazem hoje os caixas 24 horas. Para isso, os bancos ainda precisam fechar acordos. O crédito seria transferido via celular para o banco concorrente automaticamente.

Nos estabelecimentos comerciais, as máquinas de débito também aceitarão o celular como pagamento. Onde não existe máquina, poderá ocorrer uma transferência de créditos entre celulares.

NOVAS

BARREIRAS

O único problema para que o uso do celular como forma de pagamento avance no país é a pressão que as teles estão fazendo na Anatel para que os interessados em prestar serviços de telefonia a seus clientes sejam obrigados a se associar a somente uma operadora.

A proposta inicial dava liberdade para que uma companhia se associasse a quantas operadoras quisesse. Na semana passada, um conselheiro da Anatel pediu vistas e paralisou o processo.

Na avaliação de especialistas, a exclusividade das operadoras poderá levar o serviço ao fracasso.

Isso porque, em sua maioria, os correntistas de um banco já têm um celular. Associar-se a somente uma operadora poderia levar o cliente a mudar de banco só para ter o serviço, caso sua operadora fosse diferente daquela com que o banco fechou contrato. Esse modelo também traria problemas de cobertura, já que existem localidades atendidas hoje por somente uma operadora -e que possuem mais de um banco. Consultada, a Caixa não confirmou a informação.

Equipe de Dilma prepara reajuste do Bolsa-Família acima da inflação – Marta Salomon – Estado de São Paulo – Nacional – 16/11/2010

A equipe de transição da presidente eleita, Dilma Rousseff, avalia a concessão de um reajuste acima da inflação para os benefícios do Bolsa-Família.

De acordo com análise feita pelo governo, a reposição de pouco mais de 9% da inflação acumulada pelo INPC desde o último reajuste não seria suficiente para começar a tirar da população a promessa de erradicar a pobreza extrema no País, feita durante a campanha eleitoral.

Em maio de 2009, quando ocorreu o reajuste do Bolsa-Família, o benefício passou a variar de R\$ 22 a R\$ 200, dependendo do grau de pobreza e da quantidade de filhos da família. Neste ano, o valor ficou congelado, por causa da eleição. O projeto de lei do Orçamento da União enviado ao Congresso pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva tampouco prevê reajuste. A decisão ficara para a presidente eleita. Os gastos anuais do programa estão estimados em R\$ 13,4 bilhões.

Hoje, o País tem 8,9 milhões de miseráveis, depois da queda de 12% para 4,8% do percentual da pobreza extrema observada entre 2003 e 2008. Esses são dados usados pelo Ministério do Desenvolvimento Social, responsável pelo Bolsa-Família. O número de pobres varia porque não existe uma linha de pobreza única no Brasil.

Nordeste. Grande parte dos extremamente pobres já integra o Bolsa-Família. Eles correspondem a 85% da clientela do programa.

Mas o benefício pago não é suficiente para fazer com que todas essas famílias superem a condição de pobreza mais aguda, com renda mensal de até R\$ 70 por pessoa da família.

Levantamento do Ministério do Desenvolvimento Social mostra que a renda per capita média dos beneficiários do programa atingiu R\$ 65,29 no Nordeste, depois do pagamento. O Nordeste concentra mais da metade dos beneficiários do programa de transferência de renda do governo (50,5%), que hoje atende a 12,7 milhões de famílias no País.

No Norte, a renda média dos beneficiários do programa também não alcança R\$ 70, valor que serve de fronteira para os extremamente pobres, segundo os critérios usados atualmente pelo Bolsa-Família.

De acordo com análise do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) a pobreza extrema persiste no Brasil por dois motivos, combinados. Primeiro, o valor do benefício pago pelo Bolsa-Família é baixo para superação da pobreza, embora representem melhorias significativas na situação das famílias atendidas.

Outro fator é que nem todos os pobres do País são atendidos pelo programa. “Basicamente, há duas coisas a serem feitas: acabar com os problemas de cobertura do programa e aumentar o valor do benefício”, resumiu Sergei Soares, pesquisador do Ipea.

Cenário. “O que está em jogo não é apenas o impacto financeiro do reajuste, e preciso eliminar a pobreza extrema”, disse ao **Estado** a ministra Marcia Lopes (Desenvolvimento Social), que trabalha “cenários” para a concessão do próximo reajuste.

Segundo a ministra, a nova etapa do Bolsa-Família vai depender também dos resultados do censo, esperados para dezembro.

Neles, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) fará um retrato mais fiel da pobreza do País.

Marcia Lopes disse que a presidente eleita já encomendou solução para famílias que estão fora do programa apesar da baixa renda.

A ministra citou como exemplo 750 mil famílias com renda per capita entre R\$ 70 e R\$ 140 que não recebem o benefício por não terem filhos em idade escolar.

O Bolsa-Família concede um benefício básico de R\$ 68 para famílias com renda per capita até R\$ 70 e um extra de R\$ 22 por filho entre 6 e 15 anos, até um limite de três filhos, e mais R\$ 33 por jovem entre 15 e 17 anos, até o limite de dois.

XIV REAF: políticas para a agricultura familiar ajudam a superar pobreza – Sítio eletrônico do MDA - 17/11/2010

Os programas voltados para a agricultura familiar no Brasil devem colaborar para o país superar a pobreza até 2014. A avaliação foi feita pelo secretário de Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário, Adoniran Sanches Peraci, que participa do Diálogo Político entre Países de Renda Média, que ocorre em Brasília, como parte da XIV Reunião Especializada Sobre Agricultura Familiar do Mercosul (REAF).

“Daqui a quatro anos, queremos fazer uma avaliação muito positiva deste problema. Ele existe, mas também temos instrumentos para sua superação”, disse Peraci. Segundo ele, o Pronaf, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa Nacional de Biodiesel são alguns dos exemplos de políticas que estão ajudando o Brasil a superar a pobreza.

O Diálogo Político entre Países de Renda Média reúne representantes da China, Índia e África do Sul, além do Brasil. O encontro, promovido pelo governo federal e pelo Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola (Fida), agência da Organização das Nações Unidas, teve início nesta quarta-feira (17) e encerra na quinta (18), no Centro de Convenções Brasil XXI, em Brasília.

Peraci também lembrou que o programa Mais Alimentos ajudou a manter empregos na indústria de tratores e máquinas agrícolas durante a crise econômica mundial de 2007 e 2008.

O professor Carlos Mielitz, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, que também participa do Diálogo, apresentou dados revelados pelo Censo da Agricultura Familiar, que mostram que a agricultura familiar é responsável por 78,8% dos empregos gerados na agricultura brasileira. “Os estabelecimentos da agricultura familiar empregam 15,4 pessoas a cada 100 hectares, enquanto que os estabelecimentos não familiares empregam 1,7 pessoa na mesma área”, comparou Mielitz.

Seminário trata de serviços financeiros para população de baixa renda – Sítio eletrônico do MDS – 17/11/2010

Brasília, 17 – A inclusão financeira das famílias de baixa renda no Brasil será o tema que os representantes do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) levarão para o II Fórum Banco Central sobre Inclusão Financeira, nesta quinta-feira (18), em Brasília. A secretária de Renda de Cidadania do MDS, Lúcia Modesto, coordenará o debate, que tem o objetivo de discutir estratégias para ampliar o acesso da população pobre a serviços bancários e de microcrédito.

O tema será introduzido por Julie Zollman, do Bankable Frontier, dos Estados Unidos. Ela deve traçar um panorama dos serviços financeiros para população de baixa renda no mundo, apontando barreiras que o sistema financeiro pode encontrar para atender a demanda. Em outubro de 2009, o MDS lançou um projeto de inclusão bancária para os beneficiários do Bolsa Família, além de facilitar a abertura de contas bancárias. A iniciativa abre portas para o futuro dos beneficiários, que poderão ter acesso a microcrédito.

O MDS convidou representantes do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), da Fundação Getúlio Vargas (FGV), da Caixa Econômica Federal, da Federação Brasileira de Bancos (Febraban) e da Superintendência de Seguros Privados (Susep)

para participar das discussões.

O II Fórum Banco Central sobre Inclusão Financeira, que começa hoje (17) e segue até sexta-feira (19), deve reunir cerca de 450 participantes, entre representantes de governo, de bancos, operadores, técnicos nacionais e internacionais e pesquisadores. O objetivo é repensar o modelo de inclusão financeira no Brasil, buscando um sistema financeiro eficiente e sustentável.

A abertura solene, às 16h30 de hoje (17), terá a presença do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e da ministra do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Márcia Lopes. Antes, porém, às 14h, os trabalhos do fórum serão abertos pelo diretor de Normas e Organização do Sistema Financeiro do Banco Central do Brasil, Alexandre Tombini. A secretária de Renda de Cidadania do MDS, Lúcia Modesto, e o diretor do Departamento de Benefícios do MDS, Anderson Brandão, também estarão presentes.

O evento é realizado em parceria com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) e tem o apoio da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), Febraban e do MDS.

Bolsa Família - Os beneficiários do Programa Bolsa Família já conseguem abrir conta corrente em bancos e ter poupança. Isso foi possível graças ao projeto de inclusão bancária, criado pelo MDS em parceria com a Caixa Econômica Federal. A medida promove a inclusão de um público excluído da rede bancária por vários fatores, como a falta de documentação (comprovante de renda ou de moradia).

O projeto começou com uma experiência em Belo Horizonte, em 2008, com a inclusão de cerca de 4,5 mil famílias no sistema bancário. Uma pesquisa realizada pela Caixa, à época, mostrou que 98% desses beneficiários aprovaram a idéia. E, por já estarem acostumados ao cartão do Bolsa Família, não apresentaram dificuldade em utilizar a conta corrente.

Atualmente, 1,9 milhão de famílias do Bolsa Família já possuem conta corrente simplificada na Caixa e 1,7 milhão recebem o benefício diretamente na conta corrente. As contas simplificadas são isentas de taxas e estão sendo abertas com a apresentação de documento de identidade, sem exigência de comprovação de renda ou endereço. O CPF é necessário.

Serviço

II Fórum Banco Central sobre Inclusão Financeira – participação do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS)

Data: 17 a 19 de novembro de 2010

Hora: abertura às 14h (horário de Brasília)

Local: Centro de Convenções Ulysses Guimarães, Eixo Monumental, Lote 5, Brasília, DF

**Presidenteda CNA defendereformulação do modelo de políticaagrícola–
Sítioeletrônicoda CNA – 23/11/2010**

A presidentedaConfederaçãodaAgricultura e Pecuária do Brasil (CNA), senadoraKátiaAbreu, afirmouque o atualmodelo de políticaagrícolaestáultrapassado e defendeu a reformulaçãodapolítica de apoioao setor rural. “A políticaquenóstemoshoje, o modelo, estáultrapassado. Ele é um modelo é de 20, 25 até 30 anosatrás”, explicou a presidenteda CNA ao defender a união dos produtoresruraisem tornodaproposta de reformulaçãodapolíticaagrícola.

A senadoralembrouque a agriculturaevoluiu e ganhoucompetitividadenosúltimosanos, o quenãoaconteceucum a políticaagrícola, queficouestagnada. São pelomenosduas as alternativasparaaagriculturacaso um novo modelo de políticaagrícolanãosejaadotado. Umapossibilidade é a diminuição no número de produtoresquegeramrenda, empregos e excedentesparaexportação.

A manutenção do atualmodelo de políticaagrícolapodeampliar o número de produtoresque dependem 100% de subvençãoe estatal. “Não é esse o Brasilquenósqueremos”, avaliou a senadora.

A presidenteda CNA participou no sábado (20), em São Paulo, da 10ª edição do Seminário de PlanejamentoEstratégico, eventoorganizado pelaCâmaraSetorial de Máquinas e ImplementosAgrícolas (CSMIA) daAssociaçãoBrasileiradaIndústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq).

Resultados do Bolsa Família são mostrados em encontro da OIT – Sítio Eletrônico do MDS – 23/11/2010

Brasília, 23 - A secretária de Renda de Cidadania do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), Lúcia Modesto, participará, nesta quarta-feira (24), em Genebra, na Suíça, do fórum sobre Proteção Social e Trabalho Honesto. Ela apresentará, a convite da Organização Internacional do Trabalho (OIT), o Programa Bolsa Família e as atividades de cooperação Sul-Sul. Além da palestra, Lúcia Modesto participará de reunião de trabalho com o grupo consultivo sobre o piso de proteção social. No encontro, ela discutirá o programa Bolsa Família e a relação entre transferência de renda e as políticas de inserção no trabalho.

O Bolsa Família é um programa do Governo Federal que busca assegurar a complementação da renda de cidadãos pobres ou que vivam na extrema pobreza. A contribuição do Programa Bolsa Família, que alia transferência de renda a acesso a educação e saúde, pode ser verificada nos resultados colhidos nos últimos sete anos no

Brasil: 35% de queda da pobreza e 21% de redução da desigualdade. Entre 2003 e 2010, foram transferidos R\$ 60,2 bilhões aos beneficiários do programa.

Ciência, tecnologia e inclusão social – Aluizio Belisário – Carta Capital – 24/11/2010

Embora tenhamos passado por um século em que o mundo sofreu vigorosa transformação, particularmente em função de grande avanço científico e tecnológico, em algumas áreas as coisas não mudaram muito: vivemos o mesmo quadro de desigualdades e exploração dos primórdios do capitalismo, em uma sociedade caracterizada centralmente por uma estrutura de dominação, resultante de uma relação econômica fundada na propriedade privada dos meios-de-produção, estrutura mantida, reproduzida e ampliada pela utilização de instrumentos ideológicos cada vez mais sofisticados, interdependentes e independentes.

Na verdade, vê-se, a cada dia, aumentar o fosso que separa as nações desenvolvidas daquelas em processo de desenvolvimento ou subdesenvolvidas, muito em função do papel desempenhado pelas novas tecnologias de informação e comunicação e porque não dizer, da ciência e tecnologia em geral. Ronaldo Sardemberg, em artigo publicado no Jornal “O Globo”, em setembro de 1996 já afirmava vivermos em um mundo onde as fronteiras físicas entre os países tornavam-se cada vez mais voláteis, fazendo surgir o que poderiam ser chamados “estados virtuais”, caracterizados pela concentração do desenvolvimento de serviços estratégicos, tais como: a pesquisa, desenvolvimento, desenho industrial, entre outros, em contraposição aos estados que concentram as “linhas de montagem”, trazendo de volta a divisão dos países em desenvolvidos e subdesenvolvidos, aumentando cotidianamente o contingente de excluídos por conta dos efeitos da globalização.

Também em artigo publicado no jornal “O Globo”, em setembro de 2003, o sociólogo Domenico De Masi afirmava que a partir da segunda metade do século XIX as sociedades teriam evoluído rapidamente de um foco industrial para um foco pós-industrial, baseando-se na produção de bens não materiais e que, paralelamente, os países teriam se agrupado em 3 blocos: o das nações pós-industriais, que se dedicam à produção de ideias, patentes, informações, ciência, arte, etc., através da pesquisa científica, universidades, laboratórios, telecomunicações, etc., enfim, com os recursos intangíveis através dos quais uma nova cultura e modelos de vida são produzidos e impostos aos demais países; um segundo bloco, composto pelos países que apresentam condições de desenvolvimento e escolaridade capazes de atrair as fábricas do Primeiro Mundo; e um terceiro bloco, daqueles países que não apresentam condições de produzir

bens (materiais ou não) e são obrigados a consumir as sobras do Primeiro e Segundo Mundos.

Ainda que possa parecer contraditório em relação ao quadro exposto, não fossem ambíguas todas as ações emanadas das estruturas de intermediação social que atuam sobre os conflitos provocados pelas contradições que caracterizam a economia capitalista; no campo da pesquisa científica, seja no das ciências físicas, seja no das ciências sociais, já vivemos em um mundo em que a colaboração entre pesquisadores ultrapassa as fronteiras territoriais, linguísticas e ideológicas, proporcionando um avanço sem precedentes na história da humanidade.

É possível afirmarmos que se encontra em construção um novo mundo e, com ele, mais uma vez, cria-se uma enorme quantidade de excluídos das descobertas no campo da ciência e tecnologia e particularmente, das novas tecnologias de comunicação, como já aconteceu anteriormente com outras inovações de caráter científico e tecnológico, exclusão que se agrava também em função dos altos custos que a integração e participação neste mundo envolvem.

É possível afirmar-se que esta exclusão não é apenas de pessoas, mas também e principalmente, de nações inteiras, seja por conta dos fatores citados, seja pela própria divisão de trabalho determinada pelo capitalismo internacional, que marginaliza grande parte dos países da pesquisa e desenvolvimento de ciência e tecnologia de ponta, como as tecnologias de informação e comunicação, dificultando seu acesso a estas tecnologias, deixando-os à margem deste “novo mundo” e condenando sua população a uma dependência ainda maior que a vivida no século passado. Acrescentem-se as diferenças regionais nesses países e temos um agravamento do quadro de exclusão social em todo o mundo, criando fossos quase intransponíveis a separar pessoas, regiões e países.

Notícias recentes nos levam a crer que o Brasil começa a trilhar o caminho do 1º bloco, das nações pós-industriais dedicadas à produção de ideias, patentes, informações, ciência, arte, etc., através da pesquisa científica, universidades, laboratórios, etc.. Entretanto, algumas questões se colocam para que este desenvolvimento da ciência e tecnologia em nosso país avance mais consistentemente e sirva, não para ampliar mais o quadro de exclusão social descrito, mas sim como instrumento de inclusão social.

Elenco a seguir algumas medidas que podem fortalecer o desenvolvimento da ciência e tecnologia:

Aumento dos investimentos públicos nas universidades e outras instituições públicas que se dedicam às pesquisas no campo da ciência e tecnologia, ampliando sua

capacidade de produção, seja através da criação ou melhoria de seus laboratórios, seja através do financiamento sistemático de projetos de pesquisa e inovação científico-tecnológica.

Localização das universidades públicas no âmbito de ação do Ministério da Ciência e Tecnologia ou das Secretarias Estaduais e Municipais congêneres, como já acontece, com sucesso, em alguns Estados, retirando-as da esfera de ação do Ministério da Educação que poderia cuidar, mais detidamente do ensino fundamental e médio.

Realização de uma séria discussão no interior das universidades públicas, sobre a relação entre estas e o setor produtivo privado: é preciso que se encontre um ponto de acordo entre a necessidade e importância do investimento público que garanta o funcionamento básico independente e autônomo das universidades, preservando sua gratuidade e a participação delas em projetos financiados pela iniciativa privada ou desenvolvidos de modo compartilhado.

Outras medidas que me parecem mais diretamente ligadas à questão da inclusão social podem ser:

Considerando a produção da ciência um papel da academia e das instituições envolvidas em processos de pesquisa e desenvolvimento de novos produtos e, o Estado como responsável por criar e manter condições para que isto aconteça, sendo principalmente divulgador da ciência e tecnologia, é preciso que se ampliem as Secretarias de Ciência e Tecnologia ou órgãos que as substituam nos municípios, uma vez que hoje a área está presente institucionalmente em menos de 4% dos municípios brasileiros.

Fortalecimento das Pró-Reitorias de Extensão nas universidades públicas, quase sempre relegadas a um segundo plano, seja em sua estrutura, seja em seu orçamento ou mesmo na agenda das Reitorias, de modo a abrir espaço para maior integração das universidades com a sociedade, através de mostras, feiras de ciências, cursos e outras atividades que divulguem as pesquisas e inovações delas oriundas.

Implementar a interação da Universidade com a rede escolar de ensino fundamental e médio, de modo a criar uma cultura voltada para o desenvolvimento científico e tecnológico estimulando, desde cedo, o estudo das ciências.

Muitas ações podem ser desenvolvidas em busca de melhorias na produção de ciência e seu partilhamento com a população, mas uma das mais importantes parece ser a promoção de um grande debate nacional sobre o papel de todas as instancias

envolvidas e a definição e implementação de políticas públicas que visem a inclusão de todos os setores da sociedade neste “novo mundo”, cada vez mais mediado pelas novas descobertas no campo da ciência e tecnologia.

Aluizio Belisário é Professor Adjunto da UERJ. Doutor em Educação-PROPED/UERJ, Mestre e Bacharel em Administração Pública-EBAPE/FGV.

Desemprego cai para 6,1%, o menor em 8 anos – Fabiana Ribeiro – O Globo – Economia – 26/11/2010

Mais uma vez, os números do mercado de trabalho apresentaram resultados recordes. Em outubro, a taxa de desemprego das seis principais regiões metropolitanas do país ficou em 6,1% — a menor dos últimos oito anos, informou ontem o IBGE.

Esta taxa foi considerada a estável frente a observada em setembro (6,2%), segundo o instituto. Com isso, o país ficou com 1,4 milhão de desocupados nessas regiões, número estável em relação a setembro, mas uma queda expressiva (de 17,6% ou menos 309 mil pessoas a procura de trabalho) na comparação com outubro de 2009.

Para especialistas, a taxa de desemprego deve cair ainda mais em novembro e ficar em torno de 5% em dezembro.

— Apesar de a taxa apontar para uma estabilidade, o que se percebe é uma população ocupada que cresce, renda em alta e aumento da formalização — disse Cimar Azeredo, gerente da Pesquisa Mensal de Emprego (PME) do IBGE, acrescentando que o nível de ocupação (parcela da população em idade ativa ocupada) também é recorde, em 53,1%. —

Além disso, a média de janeiro a outubro da taxa de desocupação está em 7%, bem abaixo da do mesmo período de 2009, que foi de 8,3%.

A renda dos trabalhadores também foi recorde. Em outubro, o rendimento médio real ficou em R\$1.515,40, alta de 6,5% frente a outubro do ano passado. A massa de rendimento médio real habitual (total dos ganhos de todos os trabalhadores) somou R\$34,3 bilhões em outubro de 2010, com alta de 0,8% em relação a setembro e um salto de 10,8% sobre outubro de 2009.

— Num momento em que a economia mundial ainda se recupera da crise financeira global, o dinamismo da economia brasileira se dá pelo mercado interno, que ficou mais fortalecido com o aumento da renda — disse Roberto Gonzalez, especialista da Coordenação de Trabalho e Renda do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).

Gonzalez cita ainda que há expansão na ocupação dos trabalhadores. Em outubro, a população ocupada totalizava 22,3 milhões, o que é um aumento de 3,9% no confronto com outubro do ano passado (ou mais 841 mil postos de trabalho no período de um ano).

Comércio puxa abertura de vagas em outubro

Segundo o IBGE, na comparação mensal, o contingente de ocupados permanece estável em todos os grupamentos de atividade, exceto no setor de comércio, que inclui o varejo de combustíveis e ainda a reparação de veículos automotores e de objetos pessoais e domésticos, com alta de 2,5%.

— O comércio criou num mês 101 mil postos de trabalho, mas ainda é cedo para dizer que já são os contratados (temporários para o fim do ano). Já a indústria abriu 92 mil vagas no ano. Isso acontece porque a recuperação na indústria acabou sendo mais lenta e gradativa mesmo. O setor de serviços prestados às empresas também traz bons números — disse Azeredo.

O mercado de trabalho ficou mais formal também. A pesquisa do IBGE mostra que o número de trabalhadores com carteira assinada (10,3 milhões) ficou estável na análise mensal, mas, na comparação anual, cresceu 8,4% (ou mais 805 mil postos de trabalho com carteira assinada).

— O mercado de trabalho brasileiro está com mais qualidade — afirmou o especialista do Ipea.

Segundo Eduardo Velho, economista-chefe da Prosper Corretora, novembro deve apresentar uma taxa de desemprego ainda menor e dezembro, por sua vez, deve apresentar uma taxa em torno de 5%.

— A economia ainda está muito aquecida, especialmente o setor do varejo. O segmento se favorece da renda e ainda do crédito.

Mercado de trabalho pressionado pela inflação

Para Velho, o mercado de trabalho — que coloca mais renda e força para o mercado interno — pressiona a inflação e deve continuar fazendo essa pressão. Segundo ele, o Banco Central (BC) deveria elevar a taxa básica de juros Selic em janeiro:

— Mas acho que essas decisões só devem ficar mesmo para março — disse Velho.

Cai pela metade número de extremamente pobres com insegurança alimentar grave – Sítio Eletrônico do MDS – 26/11/2010

O levantamento sobre segurança alimentar da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) divulgado pelo IBGE aponta que, de 2004 a 2009, o número de pessoas extremamente pobres em situação de insegurança alimentar grave caiu de 8,4 milhões para 4,4 milhões

Rio de Janeiro, 26 – No conjunto de brasileiros em situação de extrema pobreza, com renda de até um quarto do salário mínimo, foi identificada a maior redução, em números absolutos, da insegurança alimentar grave. De 2004 para 2009, caiu de 8,4 milhões para 4,4 milhões o quantitativo de pessoas com a mais baixa renda neste quadro, uma redução de 48%.

A diminuição foi constatada no levantamento sobre segurança alimentar da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), que o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgou nesta sexta-feira (26). É a segunda vez que a instituição, em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), faz esse trabalho. Ao entrevistar as pessoas, a Pnad aferiu a percepção delas em relação à segurança alimentar. Os dados permitem fazer uma comparação da situação alimentar dos brasileiros entre 2004 e 2009 e monitorar a eficácia das ações de combate à fome, que é uma prioridade do Governo.

De acordo com a pesquisa, é possível verificar que o número de extremamente pobres no quadro geral de insegurança alimentar (leve, moderado ou grave) diminuiu de 27,2 milhões para 14,3 milhões de pessoas, uma queda de 47%. Essa mudança também pode

ser explicada pelo contingente de pessoas que deixaram a mais baixa faixa de renda nos últimos cinco anos.

O secretário executivo do MDS, Rômulo Paes, presente à divulgação, destaca que a pesquisa apresenta uma evolução positiva geral para o País, com ênfase nos mais pobres. "Os ganhos foram mais substantivos para os com maior vulnerabilidade. O resultado mostra o acerto no foco dos programas sociais. O volume de investimento continua justificável para manter o grau alcançado e avançar mais junto às populações que ainda precisam", enfatizou.

Essa pesquisa leva em conta a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (Ebia). São quatro níveis: insegurança alimentar grave: redução quantitativa de alimentos entre as crianças. Caracteriza a fome (quando alguém fica o dia inteiro sem comer por falta de dinheiro para comprar alimentos); insegurança alimentar moderada: redução quantitativa de alimentos entre os adultos; insegurança alimentar leve: incerteza quanto ao acesso aos alimentos no futuro e uso de alimentos de qualidade inadequada para não comprometer a quantidade; segurança alimentar: acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente.

Redução da desigualdade – No conjunto da população, independentemente da renda, mais 17 milhões de pessoas passaram a se enquadrar no nível de segurança alimentar (de 109 milhões para 126 milhões). Esse aumento foi registrado em todas as regiões, em especial no Nordeste, e nas áreas rurais e urbanas. No Norte e no Nordeste, também foi identificado um maior aumento no número de famílias com crianças e adolescentes que passaram a se enquadrar no nível de segurança alimentar.

A pesquisa foi aplicada em 154 mil residências, que englobam 400 mil pessoas em 851 municípios. Foram feitas 14 perguntas, elas “nos últimos três meses, os moradores deste domicílio tiveram a preocupação de que a comida acabasse antes que tivessem dinheiro para comprar mais alimentos?”.

No País, no ano passado, 40,1 milhões de pessoas estavam em situação de insegurança alimentar leve, 14,2 milhões no nível moderado e 11,1 milhões no considerado grave. Pela comparação com os dados de 2004, é possível perceber que os casos graves e moderados migraram para a classificação leve, pois diminuiu a quantidade de brasileiros nos dois patamares inferiores e aumentou no intermediário e no primeiro nível.

A pesquisa revelou ainda uma redução da desigualdade em relação à segurança alimentar. Enquanto, na área urbana, esse nível teve uma melhora de 5 pontos percentuais, na zona rural, foi de 10 pontos percentuais. A mesma constatação é em relação à situação de brancos em comparação com pretos e pardos, o segmento com o maior avanço. A Pnad conclui ainda que a escolaridade está diretamente ligada à segurança alimentar.

“Como há uma relação muito grande entre pobreza e segurança alimentar, podemos atribuir ao Bolsa Família uma grande ajuda no combate à desnutrição. Justamente as populações mais pobres, população negra, parda, mulheres, moradores das regiões Norte e Nordeste, que historicamente apresentaram condições desfavoráveis, foram as que apresentaram os melhores resultados”, argumenta Rômulo Paes. “Se nós compararmos o Brasil com países que têm economias semelhantes à nossa e grande

investimento em política social, como é o caso do México, nossa situação é muito mais favorável”, acrescenta.

O diretor do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase) Francisco Menezes destacou que os resultados da pesquisa mostram que o Bolsa Família está bem focalizado. Durante a divulgação da Pnad, ele, que também faz parte do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea), defendeu um aumento no valor do benefício do programa e disse que vê com muita esperança a questão da erradicação da miséria que está sendo colocada pela presidente eleita, Dilma Rousseff.

A íntegra da pesquisa está no site do IBGE.

Norte e Centro-Oeste: regiões que mais cresceram - Carolina Benevides, Cássia Almeida, Dandara Tinoco e Juliana Castro – O Globo – O País – 30/11/2010

A população da região Norte foi a quem mais cresceu no país nos últimos dez anos, revelou o Censo 2010, divulgado ontem pelo IBGE. Em 2000, eram 12.900.704 habitantes, contra 15.865.678 neste ano, um crescimento de 22,98%. A região Centro-Oeste está logo atrás: saltou de 11.636.728 para 14.050.340 moradores, uma alta de 20,74%. Já o Sul e o Sudeste tiveram menores crescimentos, com 9,07% e 10,97%, respectivamente.

Entre os estados, os destaques de crescimento foram para o Amapá (40,18%), Roraima (39,10%) e Acre (31,44%). Por outro lado, os menores percentuais ocorreram no Rio Grande do Sul (4,98%), Bahia (7,28%) e Paraná (9,16%).

A pesquisa mostrou também que os municípios de médio porte são os que mais crescem. Entre 2000 e 2010, a participação das cidades com até 100 mil habitantes passou de 48,9% para 45,3%. Já as cidades com entre 100.001 e 2 milhões passaram de 36,1% para 40,3%. Já as com mais de 2 milhões passaram a concentrar de 14,7% para 14,5% da população.

De acordo com o presidente do IBGE, Eduardo Pereira Nunes, este foi um fator surpresa do Censo 2010: — Os pequenos municípios são áreas repulsoras de população. É dali que nasce o fluxo migratório em direção a outras áreas. Hoje, o que a gente observa é que quem mais absorve não são mais as grandes metrópoles, mas as cidades de porte médio. Aumenta a importância demográfica social e econômica dessas cidades.

O presidente do IBGE destaca ainda que a maior concentração demográfica no Brasil continua sendo no litoral. No entanto, há o surgimento de cidades de maior porte no Centro-Oeste.

Polos econômicos motivam aumento da população

—As

cidades que mais crescem estão exatamente em locais que são novos polos econômicos. Principalmente a região Centro-Oeste, que é a região que mais destaca o ritmo de crescimento grande e dimensão social e econômica também grande. Já nos municípios onde a gente projetava o crescimento menor, observamos um ritmo superior, como em capitais como Palmas e Tocantins, e também em municípios como Sorriso e Lucas do Rio Verde, áreas do grande agronegócio

brasileiro que tiveram crescimento bastante expressivo — disse Pereira Nunes.

Estado quemais cresceu no Brasil, o Amapá, segundo Augusto César Pinheiro da Silva, professor de geografia da PUC/Rio, tem atraído um fluxomigratório grandepor conta do crescimento econômico:

— Empreendimentos na região fazem com o que o estado se torne atrativo. Além disso, a distribuição de renda e as melhorias nas condições de saneamento e distribuição de água, porexemplo, contribuem para que as taxas de mortalidade caiam e aumentam a qualidade de vida. Essas mudanças contribuem para ampliar o fluxomigratório. Para Pinheiro da Silva, o Sul e o Sudeste estão perto da estabilização do fluxodemográfico.

— Nos anos 70 havia um fluxomigratório intenso, mas a urbanização fixa a população nas cidades. E quanto maior o processo de urbanização, maior a queda na taxa de fertilidade. O Rio Grande do Sul, estado que cresce menos, já entrou no processo de transição demográfica, quando as famílias fazem ajustes no número de filhos que querem ter, quando já há redução da taxa de mortalidade e aumento da qualidade de vida. Professora do departamento de geografia da USP, Valéria de Marcos explica que quanto mais desenvolvimento econômico um estado tem, mais chances tem de diminuir naturalmente as taxas de natalidade: — São Paulo foge à regra porque reúne pessoas de todos os cantos do Brasil. Mas quanto mais bem-estar a população tiver, maior a tendência de estabilizar o crescimento

Bolsa Família: começa oficina sobre acompanhamento dos beneficiários – Sítio eletrônico do MDS - 30/11/2010

Brasília, 30 - Representantes de estados e municípios participam hoje (30) e amanhã (1º) da “Oficina sobre Acompanhamento das Famílias em Descumprimento de Condicionalidades do Bolsa Família”, em Brasília. Promovido pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), o encontro busca aperfeiçoar o acompanhamento familiar, trabalho que tenta identificar as situações que levam ao descumprimento das condicionalidades de educação e saúde e reintegrar as famílias. Esta é a segunda etapa da oficina, que já recebeu 25 representantes de municípios na semana passada. Além de equipes do Bolsa Família, participam integrantes das áreas de assistência social.

O Programa Bolsa Família, do MDS, além de garantir transferência de renda às famílias pobres e extremamente pobres do País, busca assegurar outros direitos fundamentais de cidadania, como saúde e educação. Para integrar o programa, as famílias devem comprometer-se a manter em dia a vacinação das crianças e o pré-natal das mulheres e garantir que as crianças e adolescentes frequentem a escola. São compromisso das famílias beneficiadas, mas também direitos que devem ser assegurados pelo Poder Público. “Quando a família não está acessando esses serviços básicos de saúde e educação, há um problema maior que precisa ser identificado”, explica a diretora substituta do Departamento de Condicionalidades do MDS, Analucia Faggion Alonso.

No caso das condicionalidades de educação, a baixa frequência ou a ausência da escola podem levar ao bloqueio e até ao cancelamento do benefício. O programa exige que a assiduidade escolar seja de no mínimo 85% para alunos dos 6 aos 15 anos e de 75% para os de 16 e 17 anos. Cabe aos municípios a responsabilidade de registrar os dados de ambas as condicionalidades nos sistemas dos ministérios da Educação e da Saúde, e acompanhar as famílias, registrando inclusive os motivos da ausência nas salas de aula,

da baixa frequência das crianças e adolescentes ou da negligência relativa a alguma ação de saúde, como a vacinação.

O acompanhamento familiar é feito no caso de a família estar descumprindo as condicionalidades. O objetivo não é cortar o benefício, e sim resgatar a criança para a escola, garantir a permanência e assegurar o acesso aos serviços de saúde ou educação.

Como funciona - Ao aderirem ao acompanhamento familiar – que deve ocorrer por meio de reuniões e visitas domiciliares – os municípios podem utilizar o Sistema de Gestão de Condicionalidades (Sicon), ferramenta on line colocada à disposição dos gestores para registro da situação geral da família. Além disso, vão registrar também os encaminhamentos a serem tomados quando ocorre o descumprimento das contrapartidas. Identificando as vulnerabilidades das famílias e os motivos do não cumprimento das exigências, os gestores podem optar por interromper temporariamente os efeitos dos descumprimentos de condicionalidades, como o bloqueio ou suspensão dos benefícios, estabelecendo um prazo para que a família possa se recompor.

Com o acompanhamento familiar é possível oferecer um atendimento mais integral à família, possibilitando maiores chances de superação das dificuldades. “Quando se comprova o descumprimento de condicionalidades, fazemos a visita domiciliar e investigamos o motivo dessa criança estar fora da escola. Não é raro identificarmos situações de trabalho infantil, de violência, e de abuso ou exploração sexual, casos que encaminhamos para a rede sociaassistencial, conselhos tutelares ou Centros de Referência Especializados da Assistência Social (Creas)”, salienta Melina Régis, representante de Jaboatão dos Guararapes, em Pernambuco. “Outro caso é de ausência à escola por problemas de saúde, como crianças que precisam de hemodiálise e ficam hospitalizadas. Então encaminhamos uma declaração com os motivos e a família volta a receber seus benefícios”, explica. O município acompanhou, de maio a novembro deste ano, 937 famílias de um total de mais de 66 mil atendidas pelo Bolsa Família.

Serviço

Oficina sobre Acompanhamento das Famílias em Descumprimento de Condicionalidades do Bolsa Família – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS)

Data: 30 de novembro e 1º de dezembro de 2010 (terça e quarta-feira)

Hora: 9h

Local: Microtécnica, W3 Norte, SCLRN 702/703, Bloco A, 47, Asa Norte, Brasília, DF

Bolsa Família garante direitos e gera oportunidades – Sítio Eletrônico do MDS - 26/11/2010

Afirmção foi feita pela secretária nacional de Renda de Cidadania do MDS, Lúcia Modesto, durante a Conferência do Desenvolvimento, promovida pelo Ipea

Brasília, 26 – “Com a consolidação do Cadastro Único para Programas Sociais, conseguimos ter o perfil social e econômico das famílias beneficiárias”, afirmou Lúcia

Modesto, secretária nacional de Renda de Cidadania do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), na Conferência do Desenvolvimento (Code). O evento promovido pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), esta semana (de quarta a sexta), em Brasília, reuniu técnicos, gestores e a comunidade em geral, para três dias de debates.

Lúcia Modesto mostrou, no painel “Proteção social, garantia de direitos e geração de oportunidades”, no último dia da conferência, como os programas do MDS auxiliam o cidadão a gozar efetivamente seus direitos. Ela explicou aos participantes como os Centros de Referência de Assistência Social (Cras) e Centros de Referência Especializados de Assistência Social (Creas) espalhados por todo o País atendem famílias em condição de vulnerabilidade, que tenham direitos ameaçados ou mesmo violados.

A secretária também esclareceu a importância do Bolsa Família na estruturação das famílias e como ele chega para, além de auxiliar na economia doméstica, aumentar o número de crianças vacinadas e na escola. “Um dos méritos do programa é articular as políticas públicas”, garantiu.

As opiniões dos participantes da mesa convergiam. Um exemplo foi do professor e membro do Conselho de Orientação do Ipea, Pedro Demo, que enfatizou: “Considero o Bolsa Família qualitativamente superior aos seus antecessores”.

O Bolsa Família é um programa de transferência direta de renda com condicionalidades, que beneficia famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza. Integra a estratégia Fome Zero, que tem como objetivo assegurar o direito humano à alimentação adequada, promovendo a segurança alimentar e nutricional e contribuindo para a conquista da cidadania pela população mais vulnerável.

Coordenador
Sergio Leite

Pesquisadores

Georges Flexor, Jorge Romano, Leonilde Medeiros, Nelson Delgado, Philippe Bonnal, Renato S. Maluf, Lauro Mattei, Ademir A. Cazella e Claudia Job Schmitt

Assistentes de Pesquisa

Karina Kato, Silvia Zimmermann, Catia Grisa e Valdemar João Wesz Junior

Secretária

Diva de Faria

**op
pa** Observatório de Políticas
Públicas para a Agricultura

cpda Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais
em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade
UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 – r. 214

Fax: 21 2224 8577 – r. 217

Correio eletrônico: oppa@ufrj.br

Sítio eletrônico: www.ufrj.br/cpda/oppa

Apoio



actionaid



Ministério do
Desenvolvimento Agrário

